

Informações trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

31 de março de 2016
com Relatório dos Auditores Independentes sobre a revisão de
Informações Trimestrais

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Informações Trimestrais

31 de março de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre revisão de Informações Trimestrais	1
Informações financeiras intermediárias	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Demonstração do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias	10



Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA
Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 12 de maio de 2016.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-1PE020728/O-7-T-CE

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Balanço patrimonial

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	54.843	40.860
Investimentos de curto prazo	5	833.701	757.774
Contas a receber de clientes	6	1.113.167	1.246.976
Contas a receber - bandeiras tarifárias	7	-	104
Aquisição de combustível - conta CCC	10	168.868	221.298
Serviços pedidos		85.481	77.589
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	8	7.118	-
Depósitos judiciais	21	1.333	2.306
Instrumentos financeiros derivativos	33	-	71.810
Estoques		7.137	7.535
Impostos e contribuições a recuperar	9.1	41.824	40.807
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	9.2	65.381	49.700
Outros créditos a receber	13	36.560	43.391
		2.415.413	2.560.150
Não circulante			
Contas a receber de clientes	6	261.012	199.624
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	12	58.529	65.824
Depósitos judiciais	21	142.888	141.512
Instrumentos financeiros derivativos	33	-	145.688
Impostos e contribuições a recuperar	9.1	55.120	56.619
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	9.2	40.099	39.661
Outros créditos a receber	13	70.153	74.992
Ativo financeiro da concessão	11	1.458.525	1.414.027
Investimentos		6.748	6.748
Intangível	14	2.227.136	2.151.364
		4.320.210	4.296.059
Total do ativo		6.735.623	6.856.209

	Nota	31/03/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	498.019	565.740
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		23.746	20.737
Empréstimos e financiamentos	16	493.752	598.780
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	-	35.409
Impostos e contribuições a recolher	17	210.968	231.170
Dividendos		17.366	17.366
Encargos do consumidor	18	32.125	33.205
Contribuição de iluminação pública		46.526	18.311
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	57.471	52.454
Participação nos lucros	19	15.318	31.882
Partes relacionadas	22	282.425	258.656
Instrumento financeiro derivativo	33	11.877	-
Valores a pagar da recuperação judicial	24	91.575	91.446
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	95.063	99.115
Outras contas a pagar	25	154.104	155.604
		2.030.335	2.209.875
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	1.045.735	1.084.807
Impostos e contribuições a recolher	17	42.994	49.605
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	83.046	63.541
Instrumento financeiro derivativo	33	15.420	-
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	21	99.340	95.573
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	8	87.660	27.837
Partes relacionadas	22	32.529	49.861
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	101.599	98.395
Valores a pagar da recuperação judicial	24	979.088	995.599
Plano de aposentadoria e pensão		36.718	36.718
Outras contas a pagar	25	293.042	299.428
		2.817.171	2.801.364
Patrimônio líquido			
Capital social	26.1	1.521.740	1.521.740
Reservas de reavaliação	26.2	165.946	171.456
Reservas de lucros	26.3	150.465	150.465
Lucros acumulados		48.657	-
Outros resultados abrangentes		1.309	1.309
		1.888.117	1.844.970
Total do passivo e patrimônio líquido		6.735.623	6.856.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração do resultado
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Nota	31/03/2016	31/03/2015
Receita operacional líquida	27	969.457	984.965
Custos de energia elétrica, construção e operação	28	(813.637)	(766.088)
Energia elétrica comprada para revenda	29	(540.306)	(564.074)
Custo de construção		(142.749)	(179.950)
Pessoal		(12.791)	(21.331)
Material		(874)	(52)
Serviços de terceiros		(51.641)	(34.365)
Depreciação e amortização		(40.514)	2.762
Subvenção – CCC		(18.579)	5.824
Outros		(6.183)	25.098
Lucro operacional bruto		155.820	218.877
Despesas com vendas	28	(63.392)	(60.375)
Despesa gerais e administradores	28	(40.574)	(32.718)
Depreciação e amortização		(12.131)	(2.976)
Outras receitas (despesas) operacionais		386	(23.338)
Resultado operacional, antes do resultado financeiro, do IR e da CSLL		40.109	99.470
Resultado financeiro	30	22.945	(62.717)
Receitas financeiras		204.084	230.314
Despesas financeiras		(181.139)	(293.031)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	20	63.054	36.753
Provisões de impostos sobre o lucro		(19.907)	(841)
Contribuição social		(401)	(841)
Imposto de renda		(1.528)	(3.251)
Incentivos fiscais		1.528	3.251
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	20	(19.506)	-
Lucro líquido do período		43.147	35.912
Lucro líquido do período básico por lote de mil ações - R\$	31	0,01953	0,01883
Lucro líquido do período diluído por lote de mil ações - R\$	31	0,01953	0,01883
Quantidade de ações no final do período (lote de mil ações)	31	2.209.074	1.907.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração do resultado abrangente
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Lucro líquido do período	43.147	35.912
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	43.147	35.912
Lucro líquido do período básico por lote de mil ações - R\$	0,01953	0,01883
Lucro líquido do período diluído por lote de mil ações - R\$	0,01953	0,01883
Quantidade de ações no final do período (lote de mil ações)	2.209.074	1.907.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Dividendo adicional proposto	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
				Legal	Benefícios fiscais	Investimento			
Saldo em 1 de janeiro de 2015	924.524	211.401	(15.148)	-	-	-	-	(392.340)	728.437
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	35.912	35.912
Destinação do lucro:									
Baixa da reserva de reavaliação	-	(23.541)	-	-	-	-	-	23.541	-
Realização da reserva de reavaliação	-	(8.409)	-	-	-	-	-	8.409	-
Tributos sobre a realização ou baixa da reserva de reavaliação	-	10.863	-	-	-	-	-	(10.863)	-
Saldo em 31 de março de 2015	924.524	190.314	(15.148)	-	-	-	-	(335.341)	764.349
Saldo em 1 de janeiro de 2016	1.521.740	171.456	1.309	6.394	52.028	87.143	4.900	-	1.844.970
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	43.147	43.147
Destinação do lucro:									
Realização da reserva de reavaliação (Nota 26.2)	-	(5.510)	-	-	-	-	-	5.510	-
Saldo em 31 de março de 2016	1.521.740	165.946	1.309	6.394	52.028	87.143	4.900	48.657	1.888.117

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração do fluxo de caixa – método indireto.
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	43.147	35.912
Despesas (receitas) que não afetam o caixa		
Amortização e depreciação	52.645	214
Amortização do custo de transação	525	479
Perda na venda de intangível	1.508	21.561
Atualização do ativo financeiro da concessão	(39.981)	(19.646)
Encargo de dívida	(52.945)	187.751
Perda ou ganho com instrumentos financeiros derivativos	103.570	(76.792)
Ajuste a valor presente	8.606	1.591
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perdas com créditos incobráveis	35.160	22.414
Provisão (reversão) para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	3.099	674
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	17.296	220.077
Rendimentos de aplicações financeiras	(41.350)	(10.862)
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	19.506	-
Imposto de renda e contribuições sociais correntes	401	841
	151.187	384.214
Variações nas contas dos ativos		
Contas a receber de clientes	36.788	(118.151)
Recuperação de custos de energia e encargos	-	(35.062)
Ativo financeiro concessão	-	2.110
Contas a receber - bandeiras tarifárias	104	-
Aquisição de combustível - conta CCC	52.430	6.156
Serviços pedidos	(7.892)	(7.262)
Depósitos judiciais	(403)	(4.717)
Estoques	398	(1.964)
Impostos e contribuições a recuperar	482	(2.715)
Impostos sobre o lucro a recuperar	(16.119)	5.122
Sub-rogação da CCC	7.295	30.711
Outros créditos a receber	11.670	(6.846)
	84.753	(132.618)
Variações nas contas dos passivos		
Fornecedores	(67.721)	(152.753)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	3.009	(11.211)
Impostos e contribuições a recolher	(27.214)	(45.189)
Encargos do consumidor	(1.080)	17.054
Taxa de iluminação pública	28.215	726
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	8.220	6.425
Participação nos lucros	(16.564)	-
Partes relacionadas	6.316	8.278
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(3.384)	4.057
Juros pagos	(17.493)	3.186
Outras contas a pagar	(7.886)	21.130
Total	(95.582)	(148.297)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	140.358	103.299
Atividades de investimentos		
Aquisições no ativo intangível	(134.442)	(283.991)
Resgates/aplicações financeiras	(34.577)	363.255
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(169.019)	79.264
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	551.290
Amortização de empréstimos e financiamentos	(74.359)	(679.931)
Amortização de instrumentos financeiros derivativos	141.225	69.440
Valores a pagar da recuperação judicial	(24.222)	(21.277)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	42.644	(80.478)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	13.983	102.085
Variação de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	40.860	54.210
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	54.843	156.295
Variação de caixa e equivalentes de caixa	13.983	102.085

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Demonstração do valor adicionado
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas		
Vendas de produtos e serviços	1.300.318	1.196.310
Receitas de construção	142.749	179.950
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	(35.160)	(22.414)
Provisão (reversão) de processos cíveis, fiscais e trabalhistas	3.099	(674)
Outras despesas (receitas) operacionais	-	(24)
Outras despesas (receitas) não recorrentes	386	(23.338)
	1.411.392	1.329.810
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)		
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	(683.055)	(744.024)
Materiais energia serviços de terceiros e outros	(97.756)	(59.869)
Subvenção – CCC	(18.579)	5.824
	(799.390)	(798.069)
Valor adicionado (aplicado) bruto	612.002	531.741
Depreciação e amortização	(52.645)	(214)
Valor adicionado líquido gerado (aplicado) pela Companhia	559.357	531.527
Valor adicionado recebido em transferência	204.084	230.314
Receitas financeiras	164.103	230.314
Atualização VNR	39.981	-
Valor adicionado total a distribuir	763.441	761.841
Distribuição do valor adicionado		
Empregados		
Remuneração direta	11.196	15.189
Benefícios	8.117	9.505
FGTS	1.621	2.037
Outros	16.974	12.281
	37.908	39.012
Tributos		
Federais	216.369	139.053
Estaduais	277.677	254.312
Municipais	266	542
	494.312	393.907
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	41.792	27.570
Aluguéis	6.935	4.878
Encargos com parte relacionada	-	14.649
Outros	139.347	245.913
	188.074	293.010
Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos do período	43.147	35.912
	43.147	35.912
Valor adicionado	763.441	761.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

1. Informações sobre a Companhia

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na Cidade de Belém - PA, que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.955 km², atendendo 2.265.106 consumidores em 144 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O país possui um potencial hidrelétrico de 247.242,35 MW com capacidade instalada de 37,27% e potencial instalado de 62,73%. O Estado do Pará se destaca por concentrar 27,29% deste potencial, cerca de 42.325 MW, que deverão ser explorados nas próximas décadas por meio de empreendimentos como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, que possui potencial instalado para gerar 11.233 MW e encontra-se em fase de construção, além de várias outras previstas, como as que formam o complexo UHE do Tapajós.

Esse potencial está distribuído em nove grandes bacias, destacando-se a do Rio Tocantins, onde foi implantada a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, inaugurada em 1984.

A Companhia é controlada pela Equatorial Energia S.A. (“Equatorial” ou “Controladora”), empresa com sede em São Luís no Estado do Maranhão que tem por objetivo a participação em outras sociedades, sempre no setor de energia elétrica, prioritariamente em operações de geração ou distribuição de energia elétrica.

Revisão tarifária

A ANEEL através da Resolução Homologatória nº 1.930/2015, de 4 de agosto de 2015, homologou o resultado definitivo da Quarta Revisão Tarifária Periódica da Celpa para o período de 7 de agosto de 2015 a 6 de agosto de 2019. Os resultados homologados serão a base econômica para os reajustes tarifários do período de 2016 a 2018.

O efeito médio percebido pelos consumidores, já considerando o efeito dos componentes financeiros neste ano tarifário, é de 7,47%, sendo 10,22% para os consumidores de alta tensão e 6,30% para os consumidores de baixa tensão.

Também foi definido em 10,15% o patamar de perdas técnicas sobre energia injetada e o percentual de 34,0% de perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão, sem trajetória de redução até o final deste ciclo tarifário. Adicionalmente, a ANEEL estabeleceu as parcelas ex-ante do Fator X da CELPA em 1,50% (componente Pd) e 0,21% (componente T). A estes percentuais ainda deverá ser somado ou subtraído o componente Q, vinculado aos indicadores de qualidade do serviço, que deverá ser definido anualmente nos reajustes tarifários.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

2. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, podendo ser renovado por igual período.

Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo.

A ANEEL no dia 1º de janeiro de 2015, implementou o “Sistema de Bandeiras Tarifárias”, que sinaliza aos consumidores em conta de energia os custos reais de geração de energia elétrica, impactados pelas condições operativas do Sistema Interligado Nacional (SIN). Em março de 2015 foram homologados os novos valores das Bandeiras Tarifárias através da Resolução Homologatória nº 1.859 de 02 de março de 2015. Com a publicação do Decreto nº 8.401 publicado em 05 de fevereiro de 2015, que dispõe sobre a criação da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), as distribuidoras irão recuperar as suas despesas decorrentes a exposição involuntária de curto prazo, risco hidrológico e despacho de térmicas vinculadas ao Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) por disponibilidade.

A CELPA, nos termos da legislação vigente, celebrou o referido aditivo em 10 de dezembro de 2014.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 referente a 10 Usinas Termelétricas. O prazo de concessão para essas usinas é de 30 anos, vencendo em 28 de julho de 2028.

Segue abaixo as principais características das usinas ainda ativadas:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 10 Usinas Termelétricas, sendo a mais representativa com capacidade instalada acima de 11 MW: Santana do Araguaia.	30,070	27,080	28/07/1998	28/07/2028

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2016 foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Estas demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, descritas na nota 3 da referida demonstração e, portanto, devem ser analisadas em conjunto com essas demonstrações financeiras intermediárias.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de março de 2016.

A emissão das informações trimestrais foi autorizada pela Administração em 12 de maio de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	30.739	23.105
Equivalentes de caixa	24.104	17.755
CDB	22.174	12.499
Debêntures compromissadas	1.930	5.256
Total	54.843	40.860

Equivalentes de caixa correspondem as operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no Mercado Financeiro Nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a percentual em torno de 97,32% do CDI (97,32% em 31 de dezembro de 2015) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Essas operações têm vencimentos inferiores a três meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

5. Investimentos de curto prazo

Modalidade	31/03/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos (a)	826.134	755.148
Outros	7.567	2.626
Total	833.701	757.774

Para o período findo em 31 de março de 2016, houve um aumento nos saldos dos investimentos de curto prazo, a qual é decorrente de aplicação provisória dos recursos, captados para financiamento dos investimentos em infraestrutura de concessão.

(a) Os fundos de investimentos representam operações de baixo risco com instituições financeiras de primeira linha lastreados em Títulos Públicos Federais, de acordo com a política de investimento da Companhia, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) ao percentual entre 90% e 105% (entre 90% e 105% em 31 de dezembro de 2015), classificados como mantidos para negociação.

6. Contas a receber de clientes

	31/03/2016	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	875.244	1.097.959
Contas a receber de consumidores não faturados	119.242	171.557
Parcelamentos	506.726	516.272
Baixa renda	24.548	26.938
Parcelamentos de débitos - ajuste a valor presente	(25.468)	(24.994)
Comercialização no âmbito do CCEE	6.388	6.388
Outras	50.984	96.605
Total	1.557.664	1.890.725
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(183.485)	(444.125)
Total de contas a receber de clientes	1.374.179	1.446.600
Total circulante	1.113.167	1.246.976
Total não circulante	261.012	199.624

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31/12/2015	Provisões adições	Reversões (baixas) (a)	31/03/2016
Contas a receber de consumidores faturados	370.135	29.731	(244.102)	155.764
Parcelamento	73.990	7.759	(54.028)	27.721
Total	444.125	37.490	(298.130)	183.485

	31/12/2014	Provisões adições	Reversões (baixas)	31/12/2015
Contas a receber de consumidores faturados	251.605	139.480	(20.950)	370.135
Parcelamento	34.639	55.574	(16.223)	73.990
Total	286.244	195.054	(37.173)	444.125

(a) A Companhia reavaliou os títulos de consumidores por vencimento e verificou-se que um total de R\$298.130 encontravam-se vencidos a mais de 360 dias, assim, a Companhia realizou a baixa dos mesmos, levando em consideração os prazos legalmente estabelecidos. A referida baixa não impactou o resultado do trimestre, visto que os títulos baixados estavam provisionados.

A constituição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) está de acordo com os critérios definidos segundo a melhor estimativa da Administração e considerando a Instrução Geral nº 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, a seguir resumidos.

Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

- Para os 10 mil maiores clientes, com ou sem débitos parcelados, com faturas na PCLD por classe de consumo, consideram-se todas as suas demais faturas, vencidas e a vencer, na PCLD;

Para os demais casos aplicamos as regras abaixo:

- Consumidores residenciais - vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - vencidos há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - vencidos há mais 360 dias.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica estão distribuídos da seguinte forma:

	31/03/2016			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	170.845	275.840	22.991	469.676
Industrial	54.178	33.718	44.448	132.344
Comercial	78.336	66.909	14.254	159.499
Rural	6.817	13.016	13.148	32.981
Poder público	24.621	21.046	2.445	48.112
Iluminação pública	820	13.744	3.586	18.150
Serviço público	9.808	4.036	638	14.482
Fornecimento faturado	345.425	428.309	101.510	875.244

	31/12/2015			Total
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	
Residencial	249.979	170.207	214.772	634.958
Industrial	65.141	20.186	47.224	132.551
Comercial	107.798	44.414	35.213	187.425
Rural	10.349	8.575	25.899	44.823
Poder público	10.477	33.286	2.818	46.581
Iluminação pública	10.737	5.430	1.381	17.548
Serviço público	828	25.923	7.322	34.073
Fornecimento faturado	455.309	308.021	334.629	1.097.959

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber de clientes--Continuação

Os saldos vencidos e a vencer relativos aos parcelamentos estão distribuídos da seguinte forma:

	31/03/2016			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	290.251	25.824	19.556	335.631
Industrial	18.277	2.829	9.666	30.772
Comercial	43.125	4.863	4.441	52.429
Rural	12.552	1.491	3.033	17.076
Poder público	41.874	1.169	3.083	46.126
Iluminação pública	4.023	227	69	4.319
Serviço público	20.304	64	5	20.373
Total do parcelamento	430.406	36.467	39.853	506.726

	31/12/2015			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	268.511	18.906	49.806	337.223
Industrial	22.487	2.057	12.659	37.203
Comercial	43.657	3.429	10.928	58.014
Rural	12.200	966	3.478	16.644
Poder público	31.411	1.120	2.829	35.360
Iluminação pública	4.228	118	399	4.745
Serviço público	2.302	99	36	2.437
Serviço taxado - novação	3.696	551	863	5.110
Outros créditos - novação	-	286	871	1.157
Novação	-	4.362	14.017	18.379
Total do parcelamento	388.492	31.894	95.886	516.272

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

7. Contas a receber bandeiras tarifárias

Para o trimestre findo em 31 de março de 2016 não existe saldo a receber conforme despacho ANEEL nº 529 de 01 de março de 2016. As arrecadações referentes ao Sistema de Bandeiras Tarifárias de janeiro a março de 2016, no valor de R\$58.299 bem como repasses da CCRBT, no montante de R\$0,386, foram contabilizados como arrecadação antecipada dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, não impactando o resultado da Companhia no exercício.

Em 1º de janeiro de 2016 a bandeira tarifária vermelha estava vigente e no valor de R\$4,50 para cada 100 kWh. A partir de 1º de fevereiro de 2016 a bandeira vermelha passou a ter dois patamares: R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 4,50 (patamar 2), aplicados a cada 100 kWh (quilowatt-hora) consumidos. Também a bandeira amarela teve seu valor reduzido e passou de R\$ 2,50 a R\$ 1,50, aplicados a cada 100 kWh (e suas frações). Durante o primeiro trimestre de 2016 a ANEEL homologou em janeiro a bandeira vermelha, em fevereiro a bandeira vermelha patamar 1 e em março a bandeira amarela.

8. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros

A Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA) é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no exercício entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas, onde a concessionária contabiliza as variações desses custos como ativos e passivos regulatórios, conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>			
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	464	17.140	17.604
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	327	4.673	5.000
Rede básica	5.108	2.651	7.759
Compra energia	92.445	57.401	149.846
ESS - Encargos do Serviço do Sistema	(58.969)	(63.447)	(122.416)
Total da parcela A	39.375	18.418	57.793
<i>Itens financeiros</i>			
Sobrecontratação energia	(36.325)	(5.304)	(41.629)
Exposição financeira	3.155	(18.919)	(15.764)
Eletronuclear	1.988	-	1.988
Neutralidade	(1.071)	(40.575)	(41.646)
Garantia financeira	150	530	680
Outros	(154)	(41.810)	(41.964)
Total de itens financeiros	(32.257)	(106.078)	(138.335)
Total geral	7.118	(87.660)	(80.542)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

8. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros-- Continuação

	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
<i>Parcela A</i>			
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	25.006	1.284	26.290
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	618	-	618
Rede básica	7.572	819	8.391
Compra energia	130.277	22.967	153.244
ESS - Encargos do Serviço do Sistema	(145.987)	(6.900)	(152.887)
Total da parcela A	17.486	18.170	35.656
<i>Itens financeiros</i>			
Sobrecontratação energia	(32.281)	(11.907)	(44.188)
Exposição financeira	7.784	4.739	12.523
Neutralidade	(21.580)	(19.382)	(40.962)
Garantia financeira	(10.072)	10.697	625
Diferencial Eletronuclear	3.669	-	3.669
Outros	(415)	(30.154)	(30.569)
Total de itens financeiros	(52.895)	(46.007)	(98.902)
Total geral	(35.409)	(27.837)	(63.246)

A partir do 2º semestre de 2014 com o advento do OCPC08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que regulamentou o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios oriundos do aditivo contratual assinado com o Poder Concedente conforme Nota 2, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva.

	31/12/2015	Constituição	Atualização	Amortização	31/03/2016
<i>Parcela A</i>					
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	26.290	(6.997)	1.161	(2.850)	17.604
PROINFA- Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	618	4.511	151	(280)	5.000
Rede básica	8.391	2.444	238	(3.314)	7.759
Compra energia – CVA (a)	153.244	71.624	6.235	(81.257)	149.846
ESS - encargos do serviço do sistema (e)	(152.887)	(9.895)	(4.260)	44.626	(122.416)
Total da parcela A	35.656	61.687	3.525	(43.075)	57.793
<i>Itens financeiros</i>					
Sobrecontratação energia (b)	(44.188)	(11.102)	(1.126)	14.787	(41.629)
Exposição financeira 2014 (c)	12.523	(25.152)	(468)	(2.667)	(15.764)
Eletronuclear	3.669	-	-	(1.681)	1.988
Neutralidade (d)	(40.962)	(284)	(1.306)	906	(41.646)
Garantia financeira	625	181	-	(126)	680
Outros	(30.569)	(8.942)	-	(2.453)	(41.964)
Total de itens financeiros	(98.902)	(45.299)	(2.900)	8.766	(138.335)
Total geral	(63.246)	16.388	625	(34.309)	(80.542)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros-- Continuação

Anualmente, no mês de agosto, a Companhia tem suas tarifas reajustadas pela ANEEL, momento em que é feita a adequação de seus custos da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão). Neste momento a Companhia processa a baixa dos saldos que foram constituídos, tanto positivos quanto negativos, dos componentes financeiros concedidos no reajuste tarifário do ano anterior.

- (a) A Portaria Interministerial dos Ministérios do Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" (CVA), com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.
- (b) Para o cálculo do repasse da sobrecontratação de energia ou da exposição ao mercado de curto prazo é necessária a apuração dos resultados no mercado de curto prazo da distribuidora no último ano civil com dados disponibilizados, bem como os valores do PLD (Preço de liquidação de diferença), ambos apurados mensalmente pela CCEE. Neste sentido temos: (i) No primeiro trimestre de 2015 o PLD teve média de R\$ 387,69 sendo superior ao primeiro trimestre de 2016, com isso constituindo um componente ativo do ano de 2015; (ii) no exercício de 2016, a CELPA teve o volume de excedente no mercado de curto prazo, ou seja, os contratos vigentes superior a energia requerida apurada, aliado ao PLD médio menor neste mesmo período de 2016, no patamar de R\$44,04; e (iii) em conjunto, tivemos a redução do despacho de térmicas por parte do Operador Nacional do Sistema - ONS, o que diminui as despesas da receita variável juntos aos geradores. Fatos que levam a constituição para o ano de 2016 de componente passivo, em relação a 2015.
- (c) Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e § 3º, as regras de comercialização preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.
- (d) Decorre do repasse aos consumidores da compensação financeira devido à violação dos limites de continuidade dos pontos de conexão dos acessos de distribuidoras a outras distribuidoras, conforme previsto no Módulo 8 dos Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional - PRODIST (Seção 8.2, item 6.1.5.2). Referem-se a valores pagos pelas distribuidoras acessadas, que devem ser repassados aos consumidores finais das distribuidoras acessantes, sob a forma de financeiro negativo.
- (e) Encargo pago referente à entrada das usinas térmicas como forma de poupar os reservatórios das usinas hidrelétricas e das entradas das usinas térmicas devido a restrição de transmissão entre os submercados

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Impostos a recuperar

Os saldos do circulante e não circulante em decorrência das retenções ou antecipações legais estão demonstrados a seguir:

9.1. Impostos e contribuições a recuperar

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
INSS	356	-
PAEX a recuperar	41.459	40.798
ISS	9	9
Total	<u>41.824</u>	<u>40.807</u>
Não circulante		
ICMS	52.854	54.372
FINSOCIAL	2.266	2.247
Total	<u>55.120</u>	<u>56.619</u>

9.2. Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar

	31/03/2016	31/12/2015
Circulante		
IRRF sobre aplicação financeira	37.780	26.472
IRPJ/CSLL a restituir (a)	27.601	23.228
Total	<u>65.381</u>	<u>49.700</u>
Não circulante		
IRPJ/CSLL a restituir (a)	40.099	39.661
Total	<u>40.099</u>	<u>39.661</u>

(a) Os valores registrados no grupo circulante são originários de antecipações e de valores retidos na fonte de Órgãos Públicos de IRRF, CSLL, PIS e COFINS do ano de 2015. O grupo não circulante é composto de antecipações de IRPJ e CSLL do ano-calendário de 2004 e que foram pagas através de parcelamento na forma da Lei nº 11.941/2009.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

10. Aquisição de combustível - Conta CCC

A Companhia detém em 31 de março de 2016 crédito junto à Conta de Consumo de Combustível Fósseis - "CCC" no montante de R\$168.868 (R\$221.298 em 31 de dezembro de 2015). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

A CCC foi criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, com a finalidade de aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica nos sistemas isolados, especialmente na região Norte do país. O objetivo da Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, é reembolsar os custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados, que deverá ocorrer através da CCC.

11. Ativo financeiro da concessão

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das interpretações técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da orientação técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. Essa parcela de infraestrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/03/2016		31/12/2015	
	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão	Custo	(-) Obrigações vinculadas à concessão
Em serviço	2.000.311	(541.786)	1.945.580	(531.553)
		1.458.525		1.414.027

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Ativo financeiro da concessão--Continuação

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está assim apresentada:

	31/12/2015	Atualização do ativo financeiro (a)	Capitalização	Baixas	31/03/2016
Ativo financeiro	1.945.580	53.012	2.185	(466)	2.000.311
Obrigações especiais	(531.553)	(13.031)	2.798	-	(541.786)
Total	1.414.027	39.981	4.983	(466)	1.458.525

	31/12/2014	Atualização do ativo financeiro (a)	Ajuste VNR (b)	Capitalização	Baixas	31/12/2015
Ativo financeiro	1.370.962	174.632	(32.876)	442.105	(9.243)	1.945.580
Obrigações especiais	(461.145)	(49.669)	(61)	(34.669)	13.991	(531.553)
Total	909.817	124.963	(32.937)	407.436	4.748	1.414.027

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

(a) Atualização do ativo financeiro

Em 11 de setembro de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 579, que dispõe sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. Tal medida provisória foi convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

(b) Ajuste VNR

Refere-se a ajuste de obrigações financeiras referente ao VNR em razão da homologação da Revisão Tarifária da CELPA, conforme Despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

12. Sub-rogação da CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24 de dezembro de 2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7 de julho de 2009, alterada pela Resolução Autorizativa - ANEEL nº 3.405, de 27 de março de 2012 a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da CCC, que trata da interligação de municípios isolados ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio. O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

O valor do investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para interligação da Ilha do Marajó é de R\$465.198, dividido em duas fases distintas, sendo a 1ª fase no valor de R\$184.660 e 2ª fase no valor de R\$280.538. Já para Interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos o valor aprovado é de R\$22.374.

Do valor total do investimento da interligação da Ilha do Marajó, já foi repassado à Companhia R\$182.493 (R\$163.912 em 31 de dezembro de 2015), ficando um saldo a receber de R\$282.705 (R\$348.129 em 31 de dezembro de 2015) e R\$22.374 referente à interligação dos Municípios de Oriximiná e Óbidos.

Programa	Saldo em 31/12/2015	Transferência para obras	Parcela recebida	Atualização IGPM	Saldo em 31/03/2016
Sub-rogação Ilha do Marajó	43.450	9.292	(18.581)	1.994	36.155
Sub-rogação Oriximiná e Óbidos	22.374	-	-	-	22.374
Total	65.824	9.292	(18.581)	1.994	58.529

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Outros créditos a receber

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos a fornecedores	6.523	-	4.898	-
Alienação de bens e direitos	839	-	1.779	-
Caução em garantia (a)	-	54.005	-	58.844
Créditos em ressarcimento de energia	4.250	-	3.262	-
Créditos em conta de energia elétrica	1.558	-	3.311	-
Despesas pagas antecipadamente	3	-	5.261	-
Valores a liberar (b)	-	16.140	-	16.140
Valores a recuperar de empregados	729	-	518	-
Outros créditos a receber (c)	22.658	8	24.362	8
Total	36.560	70.153	43.391	74.992

- (a) Em cumprimento às exigências contratuais do contrato de Dívida de Médio e Longo Prazo (DMLP), junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Bônus de Desconto e Bônus ao Par, são mantidas garantias constituídas em forma de caução em dinheiro junto a STN e que se destinam a amortizar os valores de principal desses empréstimos, cujo vencimento se dá em 15 de abril de 2024.
- (b) Refere-se ao saldo do Banco Daycoval de R\$16.140, bloqueado consequente, aos contratos de financiamento repactuados através do Plano de Recuperação Judicial.
- (c) Dos R\$22.658 de outros créditos a receber, tem-se como principal composição R\$16.947 referente a financiamento do padrão de entrada, oferecido aos consumidores localizados em áreas de baixa renda em que foram realizadas ações de regularização de consumo não registrado, R\$627 de uso mutuo de poste, que é o compartilhamento da infra-estrutura da disponibilidade de energia elétrica, e R\$5.084 refere-se a outras contas a receber.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Intangível

O ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/2016			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão Valor líquido
Em serviço	4,65%	4.889.831	(1.947.955)	2.032.794
Em curso		614.679	-	194.342
Total		5.504.510	(1.947.955)	2.227.136

	31/12/2015			
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização	(-) Obrigações vinculadas à concessão Valor líquido
Em serviço	4,28%	4.886.794	(1.878.063)	2.103.297
Em curso		479.264	-	48.067
Total		5.366.058	(1.878.063)	2.151.364

O ativo intangível é composto pelo direito de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão amortizáveis até julho de 2028, conforme ICPC01.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, a infraestrutura utilizada na distribuição de energia elétrica é vinculada a esses serviços, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

A Resolução nº 20 da ANEEL, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação dos bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo a autorização prévia para desvinculação da infraestrutura inservível à concessão, quando destinada à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na própria concessão.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Intangível--Continuação

A movimentação do ativo intangível está demonstrada abaixo:

	31/12/2015	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/03/2016
Em serviço	4.886.794	-	(2.111)	5.148	4.889.831
(-) Amortização	(1.878.063)	(70.961)	1.069	-	(1.947.955)
Total em serviço	3.008.731	(70.961)	(1.042)	5.148	2.941.876
Em curso	479.264	142.748	-	(7.333)	614.679
Total	479.264	142.748	-	(7.333)	614.679
Obrigações especiais (b)	(1.707.060)	(8.306)	-	(2.798)	(1.718.164)
(-) Amortização	370.429	18.316	-	-	388.745
Total em obrigações especiais	(1.336.631)	10.010	-	(2.798)	(1.329.419)
Total geral	2.151.364	81.797	(1.042)	(4.983)	2.227.136

	31/12/2014	Adições	Baixas	Capitalização (a)	31/12/2015
Em serviço	4.448.549	-	(147.708)	585.953	4.886.794
(-) Amortização	(1.697.099)	(288.133)	107.169	-	(1.878.063)
Total em serviço	2.751.450	(288.133)	(40.539)	585.953	3.008.731
Em curso	848.829	700.396	(41.903)	(1.028.058)	479.264
Total	848.829	700.396	(41.903)	(1.028.058)	479.264
Obrigações especiais (b)	(1.583.914)	(213.840)	56.025	34.669	(1.707.060)
(-) Amortização	267.273	103.156	-	-	370.429
Total em obrigações especiais	(1.316.641)	(110.684)	56.025	34.669	(1.336.631)
Total geral	2.283.638	301.579	(26.417)	(407.436)	2.151.364

(a) Capitalizações correspondem às transferências do intangível em curso para o intangível em serviço e ativo financeiro em serviço da concessão.

(b) Obrigações especiais representam substancialmente recursos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e pela participação de consumidores, vinculados à realização de investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica.

Intangível em curso

O saldo do intangível em curso está constituído da seguinte forma:

	31/03/2016	31/12/2015
Obras em andamento	475.195	330.567
Materiais em depósito	84.927	94.963
Adiantamento a fornecedores	54.557	53.734
Total	614.679	479.264

O intangível em curso teve um acréscimo em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhorias na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Fornecedores

	31/03/2016	31/12/2015
Suprimento de energia elétrica	232.822	292.141
Encargos de uso da rede elétrica	11.310	10.226
Materiais e serviços	258.006	145.408
Aquisição de combustível	(4.119)	112.544
Retenção contratual de fornecedores	-	5.421
Total	498.019	565.740

No primeiro trimestre de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 44,07 por MWh (R\$MWh 166,89 em 31 de dezembro de 2015); (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontração de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015.

16. Empréstimos e financiamentos

	31/03/2016			Total
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	
Moeda estrangeira:				
Tesouro nacional	4,79%	1.294	65.486	66.780
CCBI ITAÚ	2,43%	247.894	-	247.894
CCBI CITIBANK	2,56%	47.101	355.807	402.908
SANTANDER	4,20%	88.699	-	88.699
Subtotal	2,88%	384.988	421.293	806.281
(-) Custo de captação	-	(285)	-	(285)
Total moeda estrangeira	2,88%	384.703	421.293	805.996
Moeda nacional				
ELETROBRÁS	6,89%	8.055	49.181	57.236
SAFRA - FINAME	11,22%	103	-	103
IBM	14,92%	22.531	27.925	50.456
GUANABARA	13,84%	2.050	3.212	5.262
BNDES	9,90%	76.762	512.093	588.855
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	35.178	35.178
Subtotal	9,85%	109.501	627.589	737.090
(-) Custo de captação	-	(452)	(3.147)	(3.599)
Total moeda nacional	9,90%	109.049	624.442	733.491
Total geral	6,23%	493.752	1.045.735	1.539.487

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

	31/12/2015			Total
	Custo médio da dívida (% a.a.)	Circulante principal e encargos	Não circulante principal e encargos	
Moeda estrangeira (USD):				
Tesouro Nacional	6,20%	2.510	75.874	78.384
CCBI ITAÚ	2,34%	137.638	135.645	273.283
CCBI CITIBANK	6,11%	196.902	243.993	440.895
SANTANDER	3,30%	151.100	-	151.100
Subtotal	4,58%	488.150	455.512	943.662
(-) Custo de transação	-	(699)	-	(699)
Total moeda estrangeira	4,58%	487.451	455.512	942.963
Moeda nacional:				
ELETOBRÁS	6,89%	8.054	51.195	59.249
SAFRA-FINAME	11,32%	274	-	274
IBM	14,35%	28.344	25.870	54.214
GUANABARA	14,79%	2.055	3.719	5.774
BNDES	11,01%	73.338	516.823	590.161
Caixa Econômica Federal	6,00%	-	34.663	34.663
Subtotal	10,72%	112.065	632.270	744.335
(-) Custo de transação	-	(736)	(2.975)	(3.711)
Total moeda nacional	10,77%	111.329	629.295	740.624
Total geral	7,30%	598.780	1.084.807	1.683.587

Em 31 de março de 2016, a Companhia registrou o montante de R\$1.539.487 (R\$1.683.587 em 31 de dezembro de 2015), referente a empréstimos e financiamentos, sendo R\$493.752 de curto prazo e R\$1.045.735 de longo prazo (R\$598.780 de curto prazo e R\$1.084.807 de longo prazo em 31 de dezembro de 2015) a um custo médio de 6,2% a.a., equivalente a 44,98% do CDI (de 7,3% a.a., equivalente a 54,96% do CDI, em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro 2015, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

Vencimento	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	493.752	32%	598.780	35,6%
2017	208.493	14%	288.427	17,1%
2018	298.628	19%	297.165	17,7%
2019	152.825	10%	110.702	6,6%
2020	107.727	7%	110.155	6,5%
Após 2020	281.209	18%	281.333	16,7%
Subtotal	1.048.882	68%	1.087.782	64,6%
Custo de captação (não circulante)	(3.147)	0%	(2.975)	-0,2%
Não circulante	1.045.735	68%	1.084.807	64,4%
Total geral	1.539.487	100%	1.683.587	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está descrita a seguir:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587
Encargos	5.749	515	6.803	-	13.067
Varição monetária e cambial	12.575	2.117	15.251	(95.783)	(65.840)
Transferências	7.313	(7.313)	(61.564)	61.564	-
Amortização de principal	(19.325)	-	(55.034)	-	(74.359)
Pagamentos de juros	(8.875)	-	(8.618)	-	(17.493)
Transferências de transação	(106)	106	-	-	-
Custo de captação	389	(278)	414	-	525
Saldo em 31 de março de 2016	109.049	624.442	384.703	421.293	1.539.487

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (USD)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	178.610	1.309.883	534.966	226.725	2.250.184
Reclassificação RJ (a)	-	(866.877)	-	(178.890)	(1.045.767)
Ingressos	-	274.574	125.000	493.613	893.187
Encargos	40.068	3.216	18.029	-	61.313
Varição monetária e cambial	1.457	10.484	71.046	209.446	292.433
Transferências de principal	99.907	(99.907)	296.082	(296.082)	-
Pagamentos de baixas de principal	(179.502)	-	(542.751)	-	(722.253)
Pagamentos de baixas de juros	(28.587)	-	(15.879)	-	(44.466)
Transferências de transação	(512)	512	(700)	700	-
Apropriação de custo de transação	(112)	(2.590)	1.658	-	(1.044)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	111.329	629.295	487.451	455.512	1.683.587

O saldo referente à garantia de dívida da Companhia é compreendido por caução no montante de R\$54.005 (R\$58.520 em 31 de dezembro de 2015).

(a) Reclassificação de dívidas da recuperação judicial, parcialmente contestadas pelos credores, cujo caráter contingente deixou de existir com o fim desta e, portanto, passaram a ser considerados como contas a pagar de credores da recuperação judicial e assim classificados. Após essa definição, em 2015, estes foram ajustados a valor presente, assim como todas as demais dívidas sujeitas à recuperação judicial.

Acompanhamento dos covenants financeiros dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pela CELPA possuem covenants e garantias financeiras, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Até o encerramento do trimestre findo em 31 de março de 2016, a Companhia manteve-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

17. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Circulante		
ICMS	135.914	144.743
ICMS parcelamento (a)	33.866	33.056
Contribuição social sobre lucro	13.863	13.462
Encargos sociais e outros	7.000	7.948
PIS/COFINS	15.295	25.714
Outros (b)	5.030	6.247
Total	210.968	231.170
Não circulante		
ICMS parcelamento (a)	22.590	30.316
Outros (b)	20.404	19.289
Total	42.994	49.605

- a) Parcelamentos concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) originário de débitos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o qual será pago em parcelas mensais corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, acrescido de 1% de juros, sendo que o último pagamento está previsto para ser liquidado 30 de novembro de 2017.
- b) Os valores demonstrados no circulante referem-se a débitos correntes de ISS e os valores do não circulante são originários de PIS e COFINS a recolher que foram compensados com créditos de DIPJ 2004 e tiveram sua PER/DCOMP não homologadas através dos Despachos nos 932677225 e 932677217, os referidos despachos encontram-se com recurso voluntário na forma do artigo 73 do Decreto nº 7.574/2011..

18. Encargos do consumidor

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	32.125	33.205
Total	32.125	33.205

A partir de agosto de 2015, a conta CDE considerou além da cota mensal do encargo, os valores correspondentes ao pagamento das parcelas do empréstimo da conta ACR, concedido para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014.

19. Participação nos lucros

O programa de participação nos resultados, implantado em 2013, é corporativo e está atrelado ao resultado do EBITDA e diversos outros indicadores operacionais e financeiros da Companhia. O programa é composto por avaliações dos indicadores da presidência, diretorias, gerências, coordenadores e colaboradores e vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos colaboradores na melhoria dos resultados operacionais na Companhia. Em 31 de março de 2016, o saldo provisionado de participação nos lucros é de R\$15.318 (R\$31.882 em 31 de dezembro de 2015).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias considerando as suas projeções de lucro tributável.

Os créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais não possuem prazo de prescrição e os seus efeitos financeiros ocorrerão no momento da sua realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 25%, considerando o adicional de 10% e a contribuição social foi constituída à alíquota de 9%. Dessa forma, os referidos créditos fiscais estão reconhecidos, considerando a expectativa de sua realização, sendo observado o limite de 30% para compensação anual com lucros tributáveis, conforme determinação do CPC 26.

Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Composição dos impostos de renda e contribuição social diferidos:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ e CSLL sobre reserva de reavaliação	(85.488)	(88.326)
IRPJ e CSLL diferenças temporárias	2.442	24.785
Total	(83.046)	(63.541)

b) A composição do IRPJ e da CSLL sobre diferenças temporárias é apresentada a seguir:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Contingências	66.097	66.194
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	62.385	151.003
Provisão fundo de pensão	12.484	12.484
Depreciação acelerada	6.332	6.332
AVP- Ajuste a valor presente	(146.106)	(149.032)
VNR e atualização do ativo financeiro	(37.395)	(23.802)
Swap	9.281	(73.949)
Provisão para participação nos lucros	5.208	10.840
Outras	24.156	24.715
Total	2.442	24.785

A Companhia possui prejuízos fiscais e base negativa de CSLL não reconhecidos em seu ativo em 31 de março de 2016, por não atender às condições previstas no CPC 32 e na Deliberação CVM nº 371/2002. Tais créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$203.266 (R\$203.925 em 31 de dezembro de 2015), não possuem prazo de prescrição.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos-- Continuação

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos períodos de 31 de março de 2016 e 2015, é demonstrada como segue:

	31/03/2016		31/03/2015	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	63.054	63.054	36.753	36.753
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	15.763	5.675	9.188	3.308
Adições:				
Provisão para contingências	48.601	17.496	47.261	17.014
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	8.645	3.112
Ajuste a valor presente	2.151	775	13.134	4.728
IRPJ/CSLL sobre reserva de reavaliação	2.087	751	7.987	2.875
Provisão fundo de pensão	9.179	3.305	11.942	4.299
Provisão para participação nos lucros	3.830	1.379	-	-
Swap	59.151	21.294	-	-
VNR	3.258	1.173	1.324	477
Outras despesas não dedutíveis	16.409	5.907	16.480	5.996
Total	144.666	52.080	106.773	38.501
Exclusões:				
Provisão para contingências	(48.672)	(17.522)	(46.078)	(16.588)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(65.160)	(23.458)	(9.228)	(3.322)
Ajuste a valor presente	-	-	(12.737)	(4.585)
Provisão fundo de pensão	(9.179)	(3.305)	-	-
Provisão para participação nos lucros	(7.970)	(2.869)	-	-
VNR	(13.253)	(4.771)	(4.914)	(1.769)
Swap	2.047	737	(32.198)	(11.591)
Outras provisões não dedutíveis	(16.656)	(5.994)	(7.475)	(2.753)
Total	(158.843)	(57.182)	(112.630)	(40.608)
IRPJ e CSLL	1.586	573	3.331	1.201
Compensação base negativa de CSLL	-	(172)	-	(360)
Incentivo prorrogação licença-maternidade	(20)	-	(80)	-
Incentivo PAT	(38)	-	-	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	1.528	401	3.251	841
Alíquota efetiva (excluindo IRPJ/CSLL diferidos)	2,42%	0,64%	8,85%	2,29%
Ativo fiscal diferido	14.342	5.164	(5.857)	(2.107)
Provisão para realização do ativo fiscal diferido	-	-	5.857	2.107
(+) IRPJ Subvenção governamental	(1.528)	-	(3.251)	-
IRPJ e CSLL no resultado do período	14.342	5.565	-	841
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	22,75%	8,83%	0,00%	2,29%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

Composição dos créditos e débitos de imposto de renda e contribuição social diferidos-- Continuação

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022. Em 31 de março de 2016, o valor do imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração foi de R\$4.477.

21. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

	31/03/2016			31/12/2015		
	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida	Valor das causas	Depósitos judiciais	Provisão líquida
Cíveis (a)	95.809	(107.715)	(11.906)	91.181	(108.623)	(17.442)
Regulatórias	3.983	-	3.983	3.913	-	3.913
Trabalhistas	94.611	(36.506)	58.105	99.594	(35.195)	64.399
	194.403	(144.221)	50.182	194.688	(143.818)	50.870
Circulante	95.063	(1.333)	93.730	99.115	(2.306)	96.809
Não circulante	99.340	(142.888)	(43.548)	95.573	(141.512)	(45.939)

(a) Dos valores de depósitos judiciais cíveis, R\$ 61.996 se referem a fluxos de contratos de cédulas bancárias que estão sendo depositados no âmbito do processo de recuperação judicial. Esses créditos foram listados no plano de recuperação judicial e foram impugnados pelas instituições financeiras credoras. Os valores permanecerão depositados em juízo até que seja proferida pela justiça uma decisão final de mérito sobre a sujeição ou não dos créditos ao regime recuperacional.
Cíveis.

Movimentação dos processos no período

	31/12/2015		31/03/2016			
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão de provisão	Atualização	Saldo final
Cíveis	91.181	3.128	(356)	(985)	2.841	95.809
Regulatórias	3.913	-	-	-	70	3.983
Trabalhistas	99.594	634	(5.217)	(303)	(97)	94.611
Total	194.688	3.762	(5.573)	(1.288)	2.814	194.403

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Movimentação dos processos no período--Continuação

	31/12/2014			31/12/2015		
	Saldo inicial	Adição à provisão	Utilização	Reversão de provisão	Atualização	Saldo final
Cíveis	84.057	9.975	(1.923)	(8.420)	7.492	91.181
Regulatórias	8.336	1.994	(5.113)	(1.834)	530	3.913
Trabalhistas	91.918	3.390	(2.685)	(3.123)	10.094	99.594
Total	184.311	15.359	(9.721)	(13.377)	18.116	194.688

Cíveis

A Companhia figura como parte ré em 9.874 processos cíveis, sendo que 7.377 tramitam em Juizados Especiais, os quais, em sua grande maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias questionando falha no fornecimento, acidentes com a rede de distribuição, morte por descarga elétrica ou danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

As demonstrações financeiras dos períodos findos em 31 de março de 2016 contemplam provisão de R\$ 95.809 (R\$91.181 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 331.260 (R\$377.853 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. Os assuntos discutidos nos processos mais relevantes de diagnóstico possível na esfera cível são: devolução de valores pagos, questionamento sobre a cobrança de consumo não registrado, falha no fornecimento de energia elétrica; e quebra de contrato, que são demandas nas quais antigos fornecedores da Companhia alegam desequilíbrio contratual e pleiteiam ressarcimento de danos decorrentes da execução dos contratos.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Fiscais

A Companhia figura como parte ré em 93 processos fiscais os quais versam sobre repasse de PIS, COFINS, ICMS, taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

Existem contingências fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da Gerência Jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 16.182 (R\$16.182 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. O assunto mais relevante é execução fiscal de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço que representa R\$ 16.164 do valor possível..

Regulatórias

Atualmente, a Companhia possui um processo de infração em tramitação na ANEEL que totaliza R\$1.989 e dois autos de infração a serem lavrados pela Agência, oriundos de fiscalizações recorrentes para os quais o cálculo da multa estimada totaliza R\$1.994, totalizando o saldo de R\$3.983. Em julho de 2014, 13 processos que correspondiam a R\$39.000 em multas foram convertidos em TAC (termo de ajustamento de conduta), conforme aprovado no plano de transição da Companhia e pelos extratos publicados no Diário Oficial em 17 de julho de 2014, e seus valores serão revertidos em investimentos, reconhecidos como obrigações especiais, na melhoria do serviço prestado.

Trabalhistas

Atualmente, o passivo trabalhista é composto por 1.698 reclamações ajuizadas por ex-empregados da Companhia, com pedidos que variam entre verbas rescisórias, horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, doença ocupacional/reintegração, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

Dos processos trabalhistas existentes, constam duas ações coletivas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho e 13 (treze) ações coletivas movidas pelos Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas--Continuação

Existem outras duas ações relevantes propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará e pelo Sindicato dos Eletricitários do Estado do Pará as quais postulam a incidência dos adicionais de periculosidade, horas extras, sobreaviso e noturno sobre a remuneração. O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, em sede de Recurso Ordinário, excluiu o pagamento do adicional de sobreaviso sobre a periculosidade. O Tribunal Superior do Trabalho confirmou o Acórdão Regional, em todo o seu teor. Atualmente, os processos foram liquidados e se encontram em fase de execução. Foi celebrado acordo no processo do Sindicato dos Engenheiros para ser pago na forma do plano de Recuperação Judicial, o que vem sendo cumprido regularmente. O processo do Sindicato dos trabalhadores possui provisão no valor de R\$ 50.111, valor este suficiente para fazer frente à sua liquidação.

As demonstrações financeiras findas em 31 de março de 2016 contemplam provisão de R\$ 94.611 (R\$99.594 em 31 de dezembro de 2015).

Além das perdas provisionadas, existem outras contingências trabalhistas cuja possibilidade de perda é avaliada pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica e seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 74.844 (R\$71.251 em 31 de dezembro de 2015) para as quais não foi constituída provisão. As ações relevantes com diagnóstico possível versam sobre ação civil pública requerendo o pagamento de adicional de periculosidade aos colaboradores e reclamações trabalhistas individuais requerendo o pagamento de verbas rescisórias envolvendo empresas terceirizadas prestadoras de serviços, respondendo a CELPA apenas subsidiariamente nesses pleitos.

A Companhia está sujeita às leis de preservação ambiental e aos respectivos regulamentos nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A Companhia considera que a exposição aos riscos ambientais, baseada na avaliação dos dados disponíveis, no atendimento às leis e aos regulamentos aplicáveis, não apresenta impacto relevante em suas demonstrações financeiras ou no resultado de suas operações.

Os processos nos quais a Companhia é parte, bem como os depósitos judiciais a eles associados, são classificados em curto e longo prazo, de acordo com o prazo estimado de exigibilidade financeira. Nestes termos, a gerência jurídica classifica os processos de acordo com o foro de tramitação e a fase processual em que se encontram. Logo, se a expectativa de deslinde da ação judicial for de 12 (doze) meses ou menos, assim considerados os processos que tramitam nos juizados especiais e todos os demais que já se encontram em fase de liquidação ou execução, o processo será classificado como de "curto prazo". Já se a expectativa de desenrolar da causa for maior que 12 (doze) meses, o processo será classificado como de "longo prazo".

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

21. Provisão para processos cíveis, fiscais, regulatórias e trabalhistas-- Continuação

Trabalhistas--Continuação

Em decisão tomada no dia 4 de agosto de 2015, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) mudou o entendimento e determinou que os créditos trabalhistas passem a ser corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e não mais pela Taxa Referencial Diária (TRD). A decisão foi tomada com base no julgamento feito pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu como inconstitucional o uso da Taxa Referencial Diária (TRD), como índice de correção monetária, por não recompor integralmente o valor da moeda, não sendo apto então a repor o patrimônio lesado.

22. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2016, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, acionistas e suas partes relacionadas, profissionais-chaves da Administração (presidente e diretores) e outras partes relacionadas, conforme Deliberação CVM nº 560, de 11 de março de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas estão demonstradas a seguir:

Empresa	Natureza da operação	Vencimento	31/03/2016		31/12/2015	31/03/2015
			Passivo	Receita/ despesa	Passivo	Receita/ despesa
Equatorial Energia (Controladora)	Cessão de créditos (a)	31/08/2026	212.647	(6.472)	206.053	11.416
	Mútuo (b)	02/05/2017	102.307	(3.659)	102.464	48
			314.954	-	308.517	-
Circulante			282.425	-	258.656	-
Não circulante			32.529	-	49.861	-

(a) Valores provenientes da aquisição direta ou indireta dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da CELPA. Conforme dispositivos do pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Companhia reconheceu o AVP de R\$5.781 utilizando como taxa de desconto, taxa que refletia o risco e prazos das captações disponíveis no mercado à Companhia (saldo em 31 de dezembro 2015, R\$5.902).

(b) Refere-se a contrato de mútuo celebrado em 23 de abril de 2014, com vencimento final em 2 de maio de 2017, cuja finalidade foi a recomposição de caixa.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22. Partes relacionadas--Continuação

Remuneração de pessoal-chave da Administração

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria foi fixada em até R\$13.500, conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de março de 2016.

Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2016:

Conselho de Administração	
Remuneração fixa:	100%
Diretoria	
Remuneração fixa:	33%
Remuneração variável:	67%

Remuneração do Conselho de Administração e Diretoria paga pela Companhia no trimestre

31/12/2015	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Total
Números de membros	6	8	14
Remuneração fixa anual	63	647	710
Salário ou pró-labore	63	569	632
Benefícios diretos e indiretos	-	78	78
Remuneração variável	-	1.629	1.629
Bônus	-	1.629	1.629
Benefícios pós-emprego	-	28	28
Valor total da remuneração por órgão	63	2.304	2.367

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

22. Partes relacionadas--Continuação

Garantias de partes relacionadas

A Companhia tem sua controladora, Equatorial Energia S.A., como sua avalista ou fiadora em 100% do montante do passivo para os contratos de financiamentos abaixo listados:

Instituição	Valor do financiamento	% do aval	Início	Término	Valor liberado	31/03/2016
Banco Interamericano de Desenvolvimento (RJ)	121.095	100	01/09/2012	31/08/2026	121.095	256.796
Banco IBM (Capital de Giro)	11.700	100	22/01/2014	24/07/2017	11.700	5.726
Banco IBM (Capital de Giro)	10.000	100	19/09/2014	19/03/2018	10.000	6.930
Banco Guanabara - (Capital de Giro CCB)	8.114	100	20/10/2014	22/10/2018	8.114	5.262
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	31/12/2014	30/06/2018	22.900	17.214
BNDES (Financiamento 13/14)	498.073	100	26/12/2014	15/05/2024	407.150	384.925
BNDES (Financiamento - Torre 15/16/17)	863.191	100	27/12/2015	15/03/2024	200.000	203.930
Banco Itaú (Capital de Giro CCB)- US\$69MM	200.000	100	25/02/2015	24/02/2017	200.000	247.894
Banco CitiBank (Capital de Giro CCB) - US\$ 112MM	455.520	100	20/01/2016	01/02/2019	455.520	402.908
Banco IBM (Capital de Giro)	22.900	100	03/07/2015	03/01/2019	22.900	20.585
Banco Santander	85.000	100	12/08/2015	08/08/2016	85.000	88.699
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 006/2013 - 48500.002921/2013-25)	122	100	01/10/2014	01/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Leilão 10/2013 A-5)	361	100	02/10/2014	02/04/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia do 20º LEN Leilão 006/2014 A-5)	341	100	18/11/2015	18/11/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Oscar Dias)	410	100	27/08/2015	27/08/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Trabalhista - Processo nº.0001146-69.2013.5.08.0003)	471	100	16/11/2015	16/11/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial -Tributário - Execução Fiscal - PGFN)	1.114	100	23/11/2015	23/11/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Garantia de Leilão 15º LEE - Edital 14/2015)	423	100	02/12/2015	02/06/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000239-31.2007.8.14.0054)	350	100	11/12/2015	11/12/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000851-74.2014.5.08.0107)	200	100	18/01/2016	18/01/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - AI nº. 001/2012 e 002/2012 - ISS de Portel)	24.792	100	18/01/2016	18/01/2021	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000474-07.2005.814.0005)	1.372	100	23/03/2016	23/03/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0019743-82.2012.814.0301)	3.400	100	06/04/2016	06/04/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0002876-91.2000.8.14.0028)	1.397	100	14/04/2016	14/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo 0000197-87.2006.814.0070)	1.917	100	18/04/2016	18/04/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado PINE)	36.467	100	09/09/2015	09/09/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Segurado STIUPA)	25.175	100	10/11/2014	09/11/2019	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia Judicial - AI: 032809-A do ICMBio)	66	100	10/08/2015	10/05/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.908.134-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	4.418	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 001.2012.923.686-3 - 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA)	78	100	13/01/2015	13/01/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 1575-70.2012.5.08.0003)	677	100	02/02/2015	29/01/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000578-90.1997.814.0301 Civil)	1.315	100	09/07/2015	09/07/2018	N/A	N/A
Austral Seguradora (Garantia de Compra de Energia - Leilão nº. 02/2015 (3º LFA))	283	100	31/12/2015	31/12/2016	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0009689-93.2014.8.14.0040 Exceção Fiscal de Parauapebas)	18	100	15/05/2015	15/05/2020	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0000587-05.2015.08.0016 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	2.474	100	21/05/2015	21/05/2017	N/A	N/A
Austral Seguradora (Seguro Judicial - Processo nº. 0001007-41.2014.08.0017 - 17ª Vara do Trabalho Belém/PA)	1.028	100	02/06/2015	02/06/2017	N/A	N/A
Total	2.407.162				1.544.379	1.640.869

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

23. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	919	-	1.169	-
Ministério de Minas e Energia - MME	456	-	581	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	23.745	33.206	22.218	32.159
Programa de Eficiência Energética - PEE	32.351	68.393	28.486	66.236
Total	57.471	101.599	52.454	98.395

24. Valores a pagar da recuperação judicial

	31/03/2016		
	Circulante	Não circulante	Total
Credores operacionais (a)	75.739	119.612	195.351
Encargos setoriais (b)	28.881	21.661	50.542
Intragrupos (c)	-	70.414	70.414
Credores financeiros	-	1.203.765	1.203.765
(-) Ajuste a valor presente (d)	(13.045)	(436.364)	(449.409)
Total	91.575	979.088	1.070.663

	31/12/2015		
	Circulante	Não circulante	Total
Credores operacionais (a)	75.531	138.683	214.214
Encargos setoriais (b)	26.894	34.548	61.442
Intragrupos (c)	-	69.413	69.413
Credores financeiros	-	1.199.397	1.199.397
(-) Ajuste a valor presente (d)	(10.979)	(446.442)	(457.421)
Total	91.446	995.599	1.087.045

Vencimento	31/03/2016		31/12/2015	
	Valor	%	Valor	%
Circulante	91.575	8,6%	91.446	8,4%
2017	41.129	3,8%	134.526	12,4%
2018	70.757	6,6%	-	-
2019	-	0,0%	3.680	0,3%
2020	-	0,0%	3.394	0,3%
Após 2020	867.202	81,0%	853.999	78,6%
Não circulante	979.088	91,4%	995.599	91,6%
Total geral	1.070.663	100%	1.087.045	100%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação

Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

24. Valores a pagar da recuperação judicial--Continuação

	Juros, encargos e			Ajuste a valor presente (d)	Saldo em 31/03/2016
	Saldo em 31/12/2015	variação cambial	Amortização		
Credores operacionais (a)	172.168	-	(18.862)	1.786	155.092
Encargos setoriais (b)	53.803	1.127	(5.360)	122	49.692
Intragrupo (c)	41.055	1.000	-	378	42.433
Credores financeiros	820.019	(2.299)	-	5.726	823.446
Total	1.087.045	(172)	(24.222)	8.012	1.070.663

	Saldo em 31/12/2014	Reclassificação RJ		Juros, encargos e variação cambial		Ajuste a valor presente	Saldo em 31/12/2015
		Ingressos		Amortização			
Credores operacionais (a)	195.875	-	14.300	-	(79.664)	41.657	172.168
Encargos setoriais (b)	74.437	-	-	8.248	(27.910)	(972)	53.803
Intragrupo (c)	65.549	-	-	3.865	-	(28.359)	41.055
Credores financeiros	-	1.045.767	-	160.297	-	(386.045)	820.019
Total	335.861	1.045.767	14.300	172.410	(107.574)	(373.719)	1.087.045

- (a) Valores devidos aos credores ligados à operação da Companhia, tais como prestadores de serviços, fornecedores de materiais, locatários, entre outros que foram homologados no âmbito do Plano de Recuperação Judicial da CELPA.
- (b) Refere-se aos encargos RGR, CCC, Taxa de fiscalização, CDE, PROINFA e MME parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (c) Refere-se aos créditos detidos por empresas integrantes do antigo grupo controlador que se encontram parcelados no âmbito da recuperação judicial.
- (d) Com a recuperação judicial, houve uma mudança nos termos de contratos de empréstimos e financiamentos contraídos antes da determinação da mesma. Durante esta fase, algumas instituições financeiras pleiteavam a exclusão da recuperação judicial por entender que seus créditos eram extraconcursais. O encerramento do processo de recuperação, ocorrido em 1º de dezembro de 2014, atestou o cumprimento do plano pela Companhia, sobretudo no que diz respeito aos aportes de recursos, pagamento aos credores conforme consignado e principalmente considerou imaterial o montante controverso de sujeição ou não de créditos ao plano de recuperação judicial. Tanto que, em Assembleia Geral de Credores, a maioria dos presentes, tanto em quantidade, quanto em valor, aprovaram a saída da Empresa do período de supervisão judicial e logo em seguida os agentes relacionados ao processo (administrador judicial, perito contador, Ministério Público e ANEEL), manifestaram formalmente nos autos opinando pelo encerramento da recuperação, culminando com a sentença de encerramento da recuperação judicial. Dessa forma, após análises feita pela Companhia, as quais foram concluídas no trimestre findo em 30 de junho de 2015, passou-se a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial. Sendo assim, em 2015, a companhia realizou o ajuste a valor presente, no valor de R\$395.292, sendo R\$404.983 de empréstimos e financiamentos, (R\$26.206) de credores operacionais, R\$15.300 de intragrupos e R\$1.215 de encargos setoriais. Entendeu-se que houve mudança nos termos da dívida e certeza mais que possível de sua manutenção até o vencimento, fato gerador para os registros a valor presente de acordo com o CPC -12. Em 31 de março de 2016, o saldo do ajuste a valor presente totaliza R\$449.049, sendo R\$380.318 de empréstimos e financiamentos, R\$40.259 de credores operacionais, R\$27.981 de intragrupos, e R\$851 de encargos setoriais.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

25. Outras contas a pagar

	31/03/2016		31/12/2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamento de consumidores (a)	40.085	-	34.403	-
ANEEL - autos de infração (b)	12.560	26.734	12.531	29.058
Convênios de arrecadação	(199)	-	1.952	-
Questionamentos tributários - CCC (c)	-	244.865	-	246.915
Encargos tarifários	2.037	-	1.234	-
Entidades seguradoras	-	-	203	-
Multas regulatórias (d)	44.848	-	59.222	-
Outras contas a pagar (e)	54.773	21.443	46.059	23.455
Total	154.104	293.042	155.604	299.428

- (a) Refere-se a adiantamentos recebidos de consumidores com a finalidade de assegurar os investimentos necessários ao atendimento, pela Companhia, ao consumidor.
- (b) Refere-se a saldos de Parcelamentos de Multas Regulatórias inscritas em Dívida Ativa parceladas em agosto de 2012 e Multas Regulatórias não inscritas em Dívida Ativa na modalidade espontânea Lei nº 12.996/2014 em agosto de 2014. O valor das parcelas será acrescido de juros de 1% mais à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
- (c) Refere-se a questionamentos tributários a restituir ao Fundo CCC conforme Resolução Normativa nº 427/11. A variação ocorrida durante o período findo 31 de março de 2015 deve-se basicamente à atualização IPCA e à inclusão dos novos valores de ICMS, PIS e COFINS.
- (d) Refere-se a um passivo de penalidade por transgressão dos indicadores de continuidade, em discussão no âmbito administrativo do Processo nº 0048/2012-GTE e no plano de recuperação judicial.
- (e) Dos valores de outras contas a pagar, R\$54.773, temos como principal composição R\$8.018 referente à provisão de honorários do Administrador e do Contador da Recuperação Judicial e R\$46.755 referente ao provisionamento para pagamento de custos operacionais a diversos prestadores de serviços.

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2016 é de R\$1.521.740 (R\$1.521.740 em 31 de dezembro de 2015), representado por 2.209.074.007 ações escriturais, sem valor nominal, sendo: 2.204.620.569 ações ordinárias e 4.453.438 ações preferenciais, divididas em 2.166.816 preferenciais Classe "A"; 1.085.373 preferenciais Classe "B"; e 1.201.249 preferenciais Classe "C", cuja composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias	%	Preferenciais						Total	%
			A	%	B	%	C	%		
Equatorial Energia	2.131.276.838	96,67%	346.012	15,97%	2	0,00%	115.903	9,65%	2.131.738.755	96,50%
Eletrobrás	20.664.721	0,94%	121.339	5,60%	1.074.634	99,01%	-	0,00%	21.860.694	0,99%
Outros (minoritários)	52.679.010	2,39%	1.699.465	78,43%	10.737	0,99%	1.085.346	90,35%	55.474.558	2,51%
Total	2.204.620.569	100,00%	2.166.816	100,00%	1.085.373	100,00%	1.201.249	100,00%	2.209.074.007	100,00%

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

26. Patrimônio líquido--Continuação

26.1. Capital social--Continuação

Conforme Reunião do Conselho de Administração da Companhia de 16 de junho de 2015, foi aprovado aumento no capital social da Companhia de R\$597.216 mediante: (i) capitalização de créditos referentes aos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFACs), que somam R\$306.000; e (ii) aos créditos detidos pela Equatorial Energia S.A. em face da Companhia, no valor total atualizado de R\$291.216, oriundos de Cessão Particular de Crédito entre BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e Equatorial Energia S.A.

26.2. Reserva de reavaliação

	31/03/2016	31/12/2015
Reserva de reavaliação	165.946	171.456

Movimentação da reserva de reavaliação

	31/12/2015	Quota de reavaliação	Adição	Baixa	31/03/2016
Reserva de reavaliação	259.782	(7.792)	(614)	58	251.434
Encargo tributário	(88.326)	-	2.838	-	(85.488)
Total	171.456	(7.792)	2.224	58	165.946

26.3. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, definido pelo Conselho de Administração, e limitada a 20% do capital social. No trimestre findo em 31 de março 2016, a Companhia não constituiu reserva legal, visto que a constituição desta reserva é realizada anualmente, em dezembro (R\$6.394 em 31 de dezembro de 2015).

Reserva de incentivos fiscais

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75% sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

26. Patrimônio líquido--Continuação

26.3. Reservas de lucros--Continuação

Reserva de incentivos fiscais--Continuação

A CVM através da Deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07, que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM no período findo em 31 de março de 2016 é de R\$52.028 (R\$52.028 em 31 de dezembro de 2015), calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando o incentivo de redução de 75%no imposto de renda apurado pelo lucro real. Conforme descrito na nota 20.

Reserva de investimento

Essa reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. Seu valor total não excederá 100% do capital social da Companhia. Em 31 de março de 2016, o saldo dessa reserva é de R\$87.143 (R\$87.143 em 31 de dezembro de 2015).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

27. Receita operacional

Em 31 de março de 2016 e 2015, a composição do fornecimento de energia elétrica pelas classes de consumidores é a seguinte:

	31/03/2016			31/03/2015		
	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh (*)	R\$
Residencial	1.985.676	834.693	548.795	1.908.223	803.746	498.735
Industrial	4.426	262.655	150.200	4.037	327.927	157.153
Comercial	171.708	402.645	283.236	161.795	420.934	282.119
Rural	133.797	53.700	26.547	118.625	49.213	23.711
Poder público	19.755	116.563	73.321	18.225	111.624	68.452
Iluminação pública	465	110.568	47.481	438	103.593	42.127
Serviço público	2.118	63.351	28.578	1.873	62.283	25.259
Consumo próprio	291	7.410	-	-	8.374	-
Receita pela disponibilidade - uso da rede	-	-	5.590	-	-	6.497
Fornec. não faturado reposição tarifaria	-	-	-	-	-	14.558
Baixa renda	-	-	59.233	-	-	36.760
Transf. p/ obrigações especiais - ultrapassagem demanda/excedente de reativos	-	-	(8.945)	-	-	-
Suprimento CCEE	-	-	37.063	-	-	8.721
Receita de construção	-	-	142.749	-	-	179.950
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	-	40.105	-	-	71.644
PIS e COFINS sobre a parcela A	-	-	-	-	-	(36.766)
Outras	-	-	9.114	-	-	(2.660)
Total	2.318.236	1.851.585	1.443.067	2.213.216	1.887.694	1.376.260

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

A partir do 2º semestre de 2014 com o advento do OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos ou Passivos nos relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica, a Companhia passou a registrar esses direitos e obrigações de acordo com o período de competência e de maneira prospectiva, conforme descrito na nota 8.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

27. Receita operacional--Continuação

Receita operacional líquida

A conciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>31/03/2016</u>	<u>31/03/2015</u>
Receita bruta operacional		
Fornecimento de energia elétrica	1.248.551	1.183.752
Receita operacional	1.164.825	1.127.056
Remuneração financeira WACC (a)	43.621	21.818
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros (b)	40.105	71.644
PIS e CONFINS sobre parcela A	-	(36.766)
Receita pela disponibilidade - uso da rede	5.590	6.497
Suprimento de energia elétrica (c)	37.063	8.721
Receita de construção (d)	142.749	179.950
Outras receitas	9.114	(2.660)
Total da receita bruta operacional	1.443.067	1.376.260
ICMS sobre a venda de energia elétrica	(277.677)	(254.298)
PIS e COFINS	(98.937)	(110.857)
ISS	(266)	(165)
Pesquisa e Desenvolvimento P&D	(1.594)	(1.160)
Programa de Eficiência Energética - EPE	(797)	(580)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE (e)	(88.759)	(20.174)
Estudo de Eficiência Energética - PEE	(3.986)	(2.901)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.594)	(1.160)
Deduções à receita operacional	(473.610)	(391.295)
Receita operacional líquida	969.457	984.965

- (a) O aumento da remuneração financeira WACC é referente ao processo de revisão tarifária, realizado em agosto/2015. Conforme Notas Técnicas nºs 240/2012 e 198/2015-SGT/ANEEL, a base de remuneração líquida sofreu um aumento de 100% no período.
- (b) Por meio do Despacho nº 4.621, de 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou modelo de aditivo aos Contratos de Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, cujo objetivo é garantir que os saldos remanescentes de ativos ou passivos regulatórios relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pela ANEEL, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária comporão o valor da indenização a ser recebida pelo concessionário em eventual término da concessão, por qualquer motivo. Como consequência, foi emitido pelo CPC a orientação técnica - OCPC 08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.
- (c) O valor corresponde à receita na operação de curto prazo no mercado *spot*, onde em agosto de 2015, ocorreu a devolução do pagamento da liminar de Jirau, cujos valores foram registrados na liquidação de julho de 2015, onde a contrapartida esta na linha de energia elétrica de curto prazo.
- (d) A ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 - Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 - Receitas (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade-fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade-fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.
- (e) A conta CDE teve aumento significativo no ano de 2016, devido às amortizações das parcelas do empréstimo da conta ACR e quota do Tesouro, que foram concedidos para minimizar as despesas das distribuidoras no mercado de curto prazo no ano de 2014. Do total pago, R\$ 46.451 refere-se a empréstimo ACR e R\$ 42.308 de quota CDE e quota Tesouro.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

28. Custos do serviço e despesas operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Custos/despesas operacionais	31/03/2016			Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	(12.791)	(6.382)	(18.735)	(37.908)
Material	(874)	(171)	(598)	(1.643)
Serviço de terceiros	(51.641)	(21.317)	(23.188)	(96.146)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(795)	-	-	(795)
Energia elétrica comprada para revenda	(490.593)	-	-	(490.593)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(49.713)	-	-	(49.713)
Custo de construção	(142.749)	-	-	(142.749)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	(35.160)	-	(35.160)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	3.099	3.099
Depreciação amortização	(40.514)	-	-	(40.514)
Arrendamentos e aluguéis	(5.227)	(734)	(974)	(6.935)
Subvenção - CCC	(18.579)	-	-	(18.579)
Recuperação de despesas	-	6.049	-	6.049
Outros	(161)	(5.677)	(178)	(6.016)
Total	(813.637)	(63.392)	(40.574)	(917.603)

Custos/despesas operacionais	31/03/2015			Total
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	
Pessoal	(21.331)	(6.258)	(11.423)	(39.012)
Material	(52)	(385)	(288)	(725)
Serviço de terceiros	(34.365)	(31.745)	(12.211)	(78.321)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica	(1.402)	-	-	(1.402)
Energia elétrica comprada para revenda	(539.374)	-	-	(539.374)
Encargo uso do sistema de transmissão e distribuição	(24.700)	-	-	(24.700)
Custo de construção	(179.950)	-	-	(179.950)
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa e perda com créditos incobráveis	-	(22.414)	-	(22.414)
Provisão para processos cíveis, fiscais e trabalhistas	-	-	(674)	(674)
Depreciação e amortização	2.762	-	-	2.762
Arrendamentos e aluguéis	(3.894)	(73)	(911)	(4.878)
Subvenção - CCC	5.824	-	-	5.824
Recuperação de despesas	-	6.932	-	6.932
Outros	30.394	(6.432)	(7.211)	16.751
Total	(766.088)	(60.375)	(32.718)	(859.181)

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

29. Energia elétrica comprada para revenda

	MWh (*)		R\$	
	31/03/2016	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2015
Contratos cotas de garantias	907.524	664.654	(70.890)	(22.111)
Contratos Eletronuclear	69.943	71.021	(14.735)	(15.398)
Encargo de energia de reserva	-	-	(16.214)	-
Encargo de serviço de sistema – ESS	-	-	(20.567)	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	(49.814)	(24.700)
Energia bilateral	57.829	57.309	(12.643)	(11.699)
Energia de curto prazo - CCEE (a)	192.874	339.138	(25.317)	(198.492)
Energia de leilão	1.869.840	1.483.135	(364.485)	(339.009)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	43.138	43.451	(15.659)	(11.148)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo (b)	-	-	50.018	58.483
Total	3.141.148	2.658.708	(540.306)	(564.074)

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

No primeiro trimestre de 2016, as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram aumento decorrente aos seguintes fatores:

- (a) No primeiro trimestre de 2016 as despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) redução no custo médio é explicada pelo menor custo do PLD que no 1º trimestre de 2016 em R\$/MWh 387,69, preço utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este período ficou em R\$ 44,07 por MWh; (ii) a sobrecontratação de energia da distribuidora em virtude da recontratação de energia no 15º Leilão de Energia Existente (leilão A-1) e no recebimento de contratos de energia oriundos da participação do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits – MCSD Trocas Livres de Novembro e Dezembro de 2015.
- (b) O valor refere-se a crédito de PIS e COFINS não cumulativo, na forma das Leis 10.637 de 2002 e 10.833 de 2003, originário de aquisição de energia elétrica para revenda;

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

30. Resultado financeiro

	31/03/2016	31/03/2015
Receitas financeiras:		
Acréscimo moratório de venda de energia (a)	25.277	32.424
Ajuste de valor presente	2.510	341
Atualização e ajuste do VNR do ativo financeiro da concessão (b)	39.981	19.646
Atualização sub-rogação CCC (c)	1.994	-
Descontos obtidos	3.672	2.068
Juros ativos	-	2.163
Juros ativos CVA (d)	9.299	11.190
PIS/COFINS sobre receita financeira	(1.850)	-
Operação de derivativos (e)	-	128.792
Outras receitas	14.750	19.654
Rendas financeiras (f)	41.350	10.862
Variações monetárias e cambiais (g)	67.101	3.174
Total das receitas financeiras	204.084	230.314
Despesas financeiras:		
Ajuste de valor presente RJ	(8.133)	-
Ajuste a valor presente parcelamentos	(473)	(1.932)
Atualização de contingências	(2.815)	(5.116)
Encargos com parte relacionada	-	(14.649)
Encargos de dívidas	(41.792)	(27.535)
Juros, multas e atualizações sobre operações com energia	-	(3.131)
Juros passivos CVA (d)	-	(4.881)
Multa moratória e compensatória	(101)	-
Multas por violação de metas/transg. de faixa	-	(160)
Multas regulatórias	-	(1.059)
Operação de derivativos (e)	(103.570)	(52.000)
Outras despesas	(24.255)	(7.746)
Variações monetárias e cambiais (g)	-	(174.822)
Total das despesas financeiras	(181.139)	(293.031)
Resultado financeiro	22.945	(62.717)

- (a) A variação apresentada decorre substancialmente da queda do contas a receber de parcelamento, influenciado pela variação do consumo não registrado – CNR, que comparado com o mesmo período do ano anterior apresenta uma queda de 78%.
- (b) Refere-se a ajuste dos ativos financeiros referente ao VNR em razão da homologação da revisão tarifária da CELPA, conforme despacho nº 2.441, de 29 de julho de 2015 (vide Nota 12).
- (c) Refere-se à atualização pelo IGP-M dos recursos aprovados de sub-rogação CCC conforme previsto na Resolução Normativa nº 427, de 22 de fevereiro de 2011, calculados a partir de julho de 2011, data da primeira habilitação das parcelas recebidas com atraso cujo montante atualizado é de R\$39.981.
- (d) A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a conta de compensação de variação de valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, de forma a permitir maior neutralidade no repasse destas variações para as tarifas. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

30. Resultado financeiro--Continuação

- (e) Refere-se principalmente à contratação de operações de *swap*, que trocam Dolar+spread por CDI+ spread, onde a principal variação foi a cambial sobre essas operações. No 1º trimestre de 2016 o dólar acumulou uma queda de 9%, fazendo com que o *Swap* tivesse um resultado de despesa, contra uma alta de 20% do dólar no 1º trimestre de 2015, gerando despesa.
- (f) A variação positiva de R\$30.488 foi decorrente do alcance de R\$ 1milhão de aplicação em fundos exclusivo no trimestre, com rentabilidade média mensal de 95% do CDI.
- (g) O principal efeito das contas foi a receita de Variação cambial, no montante de R\$82.554, é derivado da queda do dólar de 9% no 1º trimestre de 2016, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,56 em 31 de março de 2016, contra uma alta de 20% no 1º trimestre de ano de 2015.

31. Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33 (Earnings per Share), a tabela a seguir concilia o lucro do período com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/03/2016				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
	Numerador				
Lucro líquido do período	43.061	42	21	23	43.147
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	2.204.621	2.167	1.085	1.201	2.209.074
Lucro diluído por ação	0,01953	0,01938	0,01935	0,01915	0,01953

	31/03/2015				Total
	Ações ordinárias	Ações preferenciais nominativas A	Ações preferenciais nominativas B	Ações preferenciais nominativas C	
	Numerador				
Lucro líquido do período	35.828	41	20	23	35.912
Denominador					
Média ponderada por classe de ações	1.902.996	2.167	1.085	1.201	1.907.449
Lucro diluído por ação	0,01883	0,01883	0,01883	0,01883	0,01883

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32. Entidade de previdência privada

A Companhia é patrocinadora em conjunto com seus empregados em atividade, ex-empregados e respectivos beneficiários, de planos de benefícios de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é feita por meio da FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

A Companhia possui passivo atuarial não coberto que tem origem em acordo firmado entre a Companhia e os ex-empregados e pensionistas. Nos termos do acordo, deliberado pela Resolução nº 10, de 4 de agosto de 1989, pela Administração da Companhia e passando a vigorar a partir de 11 de junho de 1996, que conferiu direitos e benefícios previdenciários ao grupo de pessoas acima referido. A Companhia mantém provisionado integralmente o valor apurado deste passivo atuarial na rubrica "Plano de aposentadoria e pensão".

A CELPA, na qualidade de patrocinadora, recolhe, mensalmente, para 3 (três) planos (BD II, OP e R), uma contribuição normal paritária ao total das contribuições recolhidas pelos participantes que pertençam ao seu quadro de pessoal. Na apuração do trimestre findo em 31 de março de 2016, esse valor corresponde a R\$775 (R\$751 em 31 de março de 2015).

Através da Portaria nº 247, de 7 de maio de 2015, e Portaria nº 254, de 11 de maio de 2015, publicadas no Diário Oficial da União em 08 e 12 de maio de 2015, respectivamente, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC aprovou:

- A cisão do Plano de Benefícios R, CNPB nº 2006.0066-65, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a implantação do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB, o Plano de Benefícios CELPA R, sob o nº 2015.0007-47;
- A aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios CELPA R, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar;
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA R;
- O "Termo de Cisão do Plano de Benefícios "R", cumulada com transferência de gerenciamento do Plano cindido ("Plano CELPA R"), entre entidades fechadas de previdência complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR Fundação de Previdência Complementar.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32. Entidade de previdência privada—Continuação

- A cisão do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, referente à patrocinadora CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP para a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- As alterações propostas no Regulamento do Plano de Benefícios CELPA OP, CNPB nº 2000.0004-11, a ser administrado pela FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.
- O Convênio de Adesão celebrado entre a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar e a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A., na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios CELPA OP.
- O "Termo de Cisão e transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios CELPA OP entre Entidades Fechadas de Previdência Complementar", firmado entre a Redeprev - Fundação Rede de Previdência, a CELPA - Centrais Elétricas do Pará S.A. e a FASCEMAR - Fundação de Previdência Complementar.

Coube à FASCEMAR e a REDEPREV providências conjuntas, que garantissem que a efetiva transferência ocorresse no prazo de 120 dias contados a partir da data de publicação das Portarias de aprovação no Diário Oficial da União acima mencionado.

Em 3 de julho de 2015, a FASCEMAR encaminhou à REDEPREV Carta de Aptidão prevista nos Termos de Cisão e Transferências de Gerenciamento dando continuidade ao processo de transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R para a FASCEMAR. Desta forma, desde o dia 3 de agosto de 2015 as operações e as obrigações dos Planos de Benefícios CELPA OP e CELPA R estão sob a responsabilidade da FASCEMAR.

Déficit Técnico do Plano CELPA R

O Plano CELPA R, ainda na gestão REDEPREV, apresentou por 3 (anos) consecutivos um déficit técnico, em cumprimento à legislação vigente, foi elaborado pelo Escritório Técnico de Assessoria Atuarial Ltda. um "Plano de Equacionamento de Déficit Técnico", o qual foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC.

Encontra-se em fase de assinaturas o "Termo de Equacionamento de Déficit", a ser firmado entre CELPA e FASCEMAR, em cumprimento ao Plano de Equacionamento de Déficit Técnico, aprovado pela PREVIC e, contemplando as condições acima elencadas.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32. Entidade de previdência privada--Continuação

Os planos de benefícios previdenciários patrocinados pela Companhia estão descritos a seguir:

Plano de benefícios CELPA BD-I

Instituído em 30 de julho de 1982, encontra-se em extinção desde 1º de janeiro de 1998, data em que foi bloqueada a adesão de novos participantes. São assegurados os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA BD-II

Instituído em 1º de janeiro de 1998, encontra-se em extinção desde 1º de abril de 2000, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura os seguintes benefícios suplementares:

- Aposentadoria por tempo de serviço/velhice;
- Aposentadoria por invalidez;
- Auxílio-doença;
- Pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pela Patrocinadora.

Plano de Benefícios CELPA OP

Instituído em 1º de abril de 2000 e assegura o benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, após o prazo de diferimento.

O Plano CELPA OP é contributivo, na modalidade CV (Contribuição Variável), em que o benefício futuro depende do valor das contribuições realizadas pelo participante.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de Benefícios CELPA OP—Continuação

O Plano opera de forma indissociável do Plano de Benefícios CELPA “R”, em que estão os chamados benefícios de risco (doença; invalidez e pensão por morte).

O custeio do plano é de responsabilidade dos participantes e das patrocinadoras. As contribuições realizadas são alocadas em fundos, visando ao pagamento dos benefícios no futuro.

A contribuição mensal é definida pelo participante. É possível também fazer contribuições esporádicas a qualquer momento, como forma de melhorar a renda futura.

O participante pode optar pelo benefício de Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia.

Os benefícios oferecidos pelo Plano OP são:

- Renda mensal vitalícia, com reversão aos beneficiários
- Renda mensal financeira, com reversão aos beneficiários
- Pecúlio por invalidez ou morte

Plano de Benefícios CELPA R

Obteve autorização e aprovação para a aplicação do seu Regulamento através da Portaria nº 880, de 12 de janeiro de 2007, emitida pelo Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do MPS. O referido plano é resultante da fusão dos extintos Planos de Benefícios CELPA-R, CEMAT-R e ELÉTRICAS-R, cujos Regulamentos foram condensados em um único Regulamento, sem solução de continuidade. Assegura benefícios de risco estruturados na modalidade de Benefício Definido a seguir:

- Auxílio-doença
- Aposentadoria por invalidez
- Pensão por morte
- Pecúlio por morte
- Abono anual

Os benefícios são custeados exclusivamente pela CELPA.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de assistência médica

Dentre os vários benefícios aos empregados, a Companhia é instituidora de planos de saúde e odontológicos, os quais são descritos a seguir:

Central Nacional Unimed - CNU

Instituído em 1º de maio de 2006, através do Contrato nº 402, tem por objeto a cobertura de serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar com obstetrícia, com Abrangência Nacional, cobertura de todos os Procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na modalidade de pré-pagamento com co-participação apenas a partir sexta consulta por ano e beneficiário, com contribuição do empregado no custeio do Plano. É oferecido para os colaboradores da CELPA, bem como a seus dependentes, exceto para diretores e gerentes. Além deles, é possível a inclusão tão somente de dependentes legais, quais sejam Cônjuge/Companheiro (a), Filho(a), Enteado(a), Menor Sob Guarda e Menor Tutelado(a) solteiro(a) com até 24 anos de idade ou, se inválido(a) sem limite de idade. As mensalidades são estabelecidas por tipo de Acomodação contratada, que são Enfermaria, Apartamento e Diferenciado. A contribuição é definida através de custo médio e não é feita a distinção de valores nas contribuições (mensalidades) dos segurados ativos e dos segurados ex-empregados. Esta contribuição é redefinida para cada período anual de cobertura, sendo reajustada em função da alteração nos valores dos procedimentos cobertos, em função da sinistralidade da apólice ou ainda da alteração na composição do grupo segurado (fatores que influenciam no custo da Operadora). O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com a faixa salarial.

Unimed Seguro Saúde

A CELPA oferece a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos) um seguro saúde administrado pela operadora Unimed Seguro Saúde S/A, na modalidade Ambulatorial e Hospitalar com Obstetrícia, com abrangência nacional. É oferecido para os diretores e gerentes da CELPA, bem como a seus dependentes. Os prêmios são estabelecidos de forma uniforme para todos os beneficiários de um mesmo seguro e existe a possibilidade de empregados demitidos e aposentados continuarem no seguro saúde, desde que assumam o prêmio do seguro integralmente. O valor das mensalidades vigentes pagas pelos participantes e pela CELPA é definido de acordo com o plano (Líder ou Sênior).

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32. Entidade de previdência privada--Continuação

Plano de assistência médica--Continuação

Plano odontológico Uniodonto

A CELPA oferece um plano odontológico administrado pela operadora Uniodonto Belém a seus empregados e ex-empregados (aposentados e demitidos), bem como para seus dependentes.

Diferente do que ocorre nos planos médicos, as despesas odontológicas não aumentam em função do envelhecimento dos participantes.

Apesar de haver a possibilidade de ex-empregados permanecerem no plano odontológico, esta permanência não eleva a mensalidade paga pela CELPA para seus empregados (ativos). Sendo assim, não há compromisso de pós-emprego (subsídio cruzado).

33. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os pronunciamentos técnicos CPC 38, 39 e 40, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de clientes, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e derivativos, procedendo às devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio.

b) Política de utilização de derivativos

A CELPA utiliza operações com derivativos, apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Valor justos dos ativos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão identificados a seguir:

	31/03/2016		31/12/2015	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	84.412	89.333	40.860	40.860
Investimentos de curto prazo	833.701	828.780	757.774	757.774
Contas a receber de clientes	1.374.179	1.374.179	1.446.600	1.446.600
Depósitos judiciais	144.221	144.221	143.818	143.818
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	217.498	217.498
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	58.529	58.529	65.824	65.824
Ativo financeiro da concessão	1.458.525	1.458.525	1.414.027	1.414.027
Total do ativo	3.953.567	3.953.567	4.086.401	4.086.401
Passivos financeiros				
Fornecedores	527.588	527.588	565.740	565.740
Empréstimos e financiamentos	1.539.487	1.539.487	1.683.587	1.683.587
Partes relacionadas	314.954	314.954	308.517	308.517
Instrumento financeiro derivativo	27.297	27.297	-	-
Total do passivo	2.409.326	2.409.326	2.557.844	2.557.844

Investimentos de curto prazo - são classificados como de valor justo através do resultado. A hierarquia de valor justo dos investimentos de curto prazo é 1.

Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Ativo financeiro de concessão - são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Fornecedores - decorrem diretamente da operação da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Empréstimos e financiamentos - tem o propósito de gerar recursos para financiar os programas de investimento da Companhia e eventualmente gerenciar necessidades de curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão contabilizados pelos seus valores amortizados. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Valor justos dos ativos financeiros--Continuação

Derivativos - são classificados como instrumentos derivativos e tem como objetivo a proteção às oscilações de taxa de juros e moeda estrangeira. Para as operações de *swaps*, a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis. Nível 2 na hierarquia de valor justo.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa da Companhia são instrumentos financeiros de alta liquidez e o valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial. São compostos por numerários disponíveis e investimentos financeiros.

A Companhia mantém os equivalentes de caixa com a intenção de atender a seus compromissos de caixa de curto prazo.

Os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa são de curto prazo e de alta liquidez. São também conversíveis em um montante conhecido de caixa e são indexados ao CDI, que é considerada uma taxa livre de risco.

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475

Risco de crédito - os saldos elevados, bem como as idades dos recebíveis provenientes de contas a receber de clientes constituem um risco para a liquidez e para a estrutura de capital da Companhia, a Administração acompanha as situações em aberto e para mitigar o risco de inadimplência. A Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, tais como corte por inadimplência, negativação de débitos e negociação das posições em aberto. Para mitigar o risco das instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia seleciona apenas instituições com baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. A Companhia preserva seus ativos de concessão de acordo com a legislação vigente e monitora as possíveis definições nas regras de reversão da concessão.

Risco de liquidez - evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na Nota 16.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475 --Continuação

A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

Riscos de mercado - estão associados a flutuações nas taxas de juros e indexadores de dívidas ou taxas de câmbio, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar vencimento antecipado.

Risco cambial - é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Atualmente a exposição ao câmbio é de 44,9%, de sua dívida. A CELPA monitora continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A sensibilidade da dívida foi demonstrada em cinco cenários, em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM. Um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2016 (Cenário Provável); mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) da cotação da moeda estrangeira considerada.

Incluímos ainda mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V).

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à variação cambial						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V - 50%
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos	USD	(105.211)	(370.909)	(636.607)	106.487	426.185
Referência para passivos financeiros		Taxa em 31/03/2016	25%	50%	-25%	- 50%
Dólar USD/R\$		3,61	4,51	5,42	2,71	1,81

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
 Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

De acordo com o CPC 40, apresentamos abaixo os valores dos instrumentos derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2016 e 31 de dezembro de 2015, que podem ser assim resumidos:

Operações passivas			Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado	Indexadores	Vencimento	31/03/2016	31/12/2015
SWAP SANTANDER-85MM				
Ponta ativa	US\$	08/08/2016	(4.286)	13.169
Ponta passiva	CDI	08/08/2016	-	(6.168)
TOTAL			(4.286)	7.001
SWAP SANTANDER-40MM – jan-16				
Ponta ativa	US\$	28/02/2016	-	16.351
Ponta passiva	CDI	28/02/2016	-	(5.058)
TOTAL			-	11.293
SWAP ITAÚ - 200,0MM - fev-15				
Ponta ativa	US\$	24/02/2017	43.058	73.732
Ponta passiva	CDI	24/02/2017	-	(14.031)
TOTAL			43.058	59.701
SWAP CITIBANK - 293MM - jan-15				
Ponta ativa	US\$	02/02/2018	-	152.312
Ponta passiva	CDI	02/02/2018	-	(12.809)
TOTAL			-	139.503
SWAP CITIBANK-455MM - jan-16				
Ponta ativa	US\$	02/02/2019	-	-
Ponta passiva	CDI	02/02/2019	(66.069)	-
TOTAL			(66.069)	-
Total geral			(27.297)	217.498

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

Risco de vencimento antecipado - a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos que, em geral, requerem o cumprimento de determinadas cláusulas contratuais. O descumprimento dessas cláusulas pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento. Em consideração aos contratos sujeitos à Recuperação Judicial, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros - as variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia.

A sensibilidade dos ativos e passivos da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de março de 2016 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros						R\$ Mil
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário II + 25%	Cenário III + 50%	Cenário IV - 25%	Cenário V - 50%
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	CDI	39.455	49.318	59.182	29.591	19.727
Passivos financeiros						
	CDI	(12.576)	(24.351)	(36.127)	(800)	10.975
	TJLP	(7.041)	(11.136)	(15.230)	(2.947)	1.147
Empréstimos e financiamentos	IGPM	(8.352)	(14.222)	(20.093)	(2.482)	3.388
		Taxa em				
		31/03/2016	25%	50%	-25%	-50%
	Referência para ativos e passivos financeiros					
	CDI (% acumulado ano)	14,90	18,63	22,36	11,18	7,45
	TJLP (% acumulado ano)	6,25	7,81	9,37	4,69	3,12
	IGP-M (% acumulado ano)	11,56	14,44	17,33	8,67	5,78
	IPCA (% acumulado ano)	9,39	11,73	14,08	7,04	4,69

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Fatores de risco - Instrução CVM nº 475--Continuação

O Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido da Companhia é demonstrado abaixo:

<u>Impacto da sensibilidade no resultado e no patrimônio líquido</u>		
<u>Cenários</u>	<u>Resultado do período</u>	<u>Patrimônio líquido</u>
Cenário provável	-	-
Cenário II	(319.739)	(243.419)
Cenário III	(639.475)	(487.218)
Cenário IV	319.737	395.292
Cenário V	639.474	790.967

Risco de escassez de energia - o Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento - os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a CELPA justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse destes às tarifas.

f) Gestão do capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Gestão do capital--Continuação

A Administração da Companhia estabelece e acompanha as diretrizes de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazos dos financiamentos contratados. O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia:

- Dívida líquida/EBITDA
- Dívida líquida/(dívida líquida + patrimônio líquido)
- Dívida de curto prazo/dívida total

g) Gestão de risco decorrente de instrumentos financeiros

A CELPA possui swap com os bancos Itaú, Citibank e Santander referentes às operações em moeda estrangeira, com seus respectivos vencimentos em 24 de fevereiro de 2017, em 2 de fevereiro de 2019 e 8 de agosto de 2016. Em março de 2016, os saldos devedores dos contratos na operação em moeda estrangeira do Itaú, Citibank e Santander são respectivamente R\$273.283, R\$440.895 e R\$151.100.

34. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes:

Energia	<u>Vigência</u>	<u>2015</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>Após 2018</u>
contratada	2015 a 2042	1.962.958	2.306.607	2.211.946	2.517.923	53.283.354

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

35. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir:

Ramo do seguro	Vencimento das apólices	Importância segurada
Responsabilidade civil geral - operações	31/12/2016	7.000
Riscos operacionais	31/12/2016	293.945
Automóvel (a)	31/12/2016	-
Automóvel (b)	31/12/2016	-
Seguro garantia judicial (b)	-	134.241
Seguro garantia de leilão (c)	-	1.053

(a) 36 veículos próprios segurados, conforme apólices.

(b) 58 Hilux próprias, conforme apólice.

(c) Apólices vigentes até JAN/2021

(d) Apólices vogentes até JUN/2017

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Conselho de Administração

Armando de Souza Nascimento

Augusto Miranda da Paz Júnior

Carlos Augusto Leone Piani

Eduardo Haiama

Firmino Ferreira Sampaio Neto

José Jorge de Vasconcelos Lima

Conselho Fiscal

Paulo Roberto Franceschi

Saulo Tarso Alves de Lara

Vanderlei Dominguez da Rosa

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Notas explicativas às informações trimestrais--Continuação
Períodos findos em 31 de março de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Diretoria Executiva

Raimundo Nonato Alencar de Castro
Diretor Presidente

Eduardo Haiama
Diretor de Relações com Investidores

Augusto Dantas Borges
Diretor

Carla Ferreira Medrado
Diretora

Daniel Campos Negreiros
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Tinn Freire Amado
Diretor

Izabel Corina de Oliveira Carvalho
Gerente de Controladoria
Contador
CRC-PA 5989/0-8